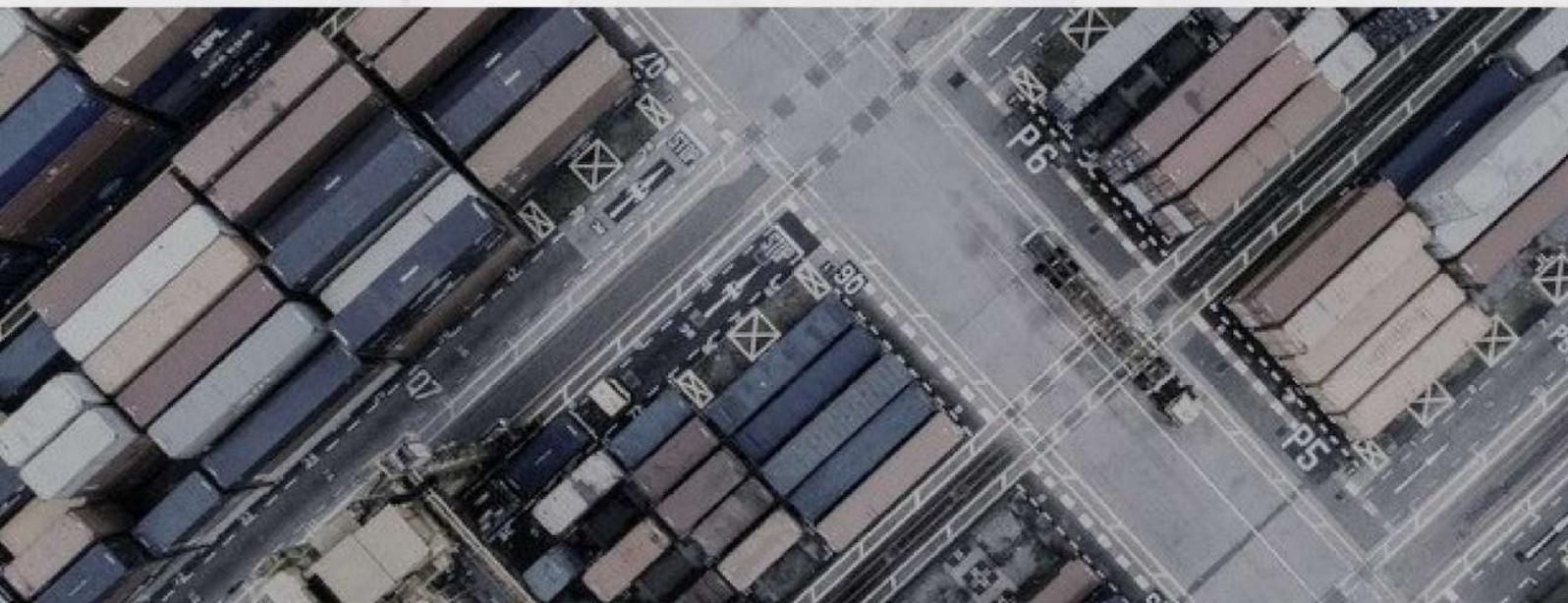




# abgf

Agência Brasileira Gestora de  
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022

## Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS .....	9
1. Informações Gerais .....	9
1.1. Continuidade Operacional.....	9
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	9
2.1. Base de preparação das informações contábeis .....	10
2.2. Moeda funcional e de apresentação .....	10
2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas .....	10
3. Práticas Contábeis .....	11
3.1. Caixa e equivalentes de caixa.....	11
3.2. Contas a receber de clientes .....	11
3.3. Imobilizado e Intangível .....	12
3.4. Contas a pagar/Fornecedores.....	12
3.5. Provisões.....	12
3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes.....	12
3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido .....	12
3.8. Reconhecimento de receita e despesa.....	13
3.9. Ativos e Passivos Financeiros .....	13
3.9.1. Ativos Financeiros .....	13
3.9.2. Passivos Financeiros.....	14
3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores .....	14
3.11. Remuneração de Capital .....	15
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6. Títulos e Créditos a Receber .....	16
7. Tributos a recuperar/compensar.....	16
8. Outros Valores e Bens .....	17
9. Despesas Antecipadas .....	17
10. Créditos de Longo Prazo .....	17
11. Investimento em Fundos Garantidores .....	18
12. Imobilizado e Intangível .....	19
12.1. Ativo Imobilizado .....	19
12.2. Ativo Intangível.....	19
13. Obrigações a Pagar .....	20
14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....	20
15. Encargos Trabalhistas .....	21
16. Impostos e Contribuições.....	21
17. Patrimônio Líquido.....	21
18. Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias .....	25
19. Custos dos Serviços Prestados.....	25
20. Despesas Administrativas por Natureza .....	26
21. Despesas com Pessoal por Natureza .....	26
22. Partes Relacionadas.....	28
23. Despesas Tributárias.....	29
24. Resultado Financeiro .....	29
25. Compromissos, Responsabilidades e Contingências.....	30
26. Eventos subsequentes .....	30

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	NE	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>328.915.115</b>	<b>313.229.043</b>
<b>Disponível</b>	(5)	<b>322.451.130</b>	<b>306.257.273</b>
Caixa e Bancos		4.435	2.639
Equivalentes de Caixa - Investimentos		322.446.695	306.254.634
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>6.348.418</b>	<b>6.786.393</b>
Títulos e Créditos a Receber	(6)	2.029.378	1.469.885
Tributos a recuperar / compensar	(7)	4.319.040	5.316.508
<b>Outros Valores e Bens</b>		-	<b>28.723</b>
Outros Valores	(8.a)	-	28.723
<b>Despesas Antecipadas</b>	(9)	<b>115.567</b>	<b>156.654</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>556.633</b>	<b>1.041.438</b>
<b>Créditos de Longo Prazo</b>	(10)	<b>25.253</b>	-
Depósito Judicial		25.253	-
<b>Investimentos</b>		<b>86.531</b>	<b>78.905</b>
Investimentos em cotas de fundos garantidores	(11)	86.531	78.905
<b>Imobilizado</b>	(12.1)	<b>413.424</b>	<b>898.688</b>
Bens Móveis		229.522	480.389
Outras Imobilizações		183.902	418.299
<b>Intangível</b>	(12.2)	<b>31.425</b>	<b>63.845</b>
Outros Intangíveis		31.425	63.845
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>329.471.748</b>	<b>314.270.481</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.949.802</b>	<b>4.323.085</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>7.949.802</b>	<b>4.323.085</b>
Obrigações a Pagar	(13)	6.238.544	2.739.739
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(14)	523.558	460.656
Encargos Trabalhistas	(15)	986.322	927.945
Impostos e Contribuições	(16)	201.378	194.745
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>383.990</b>	<b>324.922</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>383.990</b>	<b>324.922</b>
Tributos Diferidos	(16)	12.010	9.417
Passivos Contingentes	(25)	371.980	315.505
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(17)	<b>321.137.956</b>	<b>309.622.474</b>
Capital Social		296.337.788	237.370.917
Reserva Legal		6.754.249	5.489.504
Reserva Especial de Lucros		18.022.606	7.776.903
Reserva Estatutária		-	58.966.871
Outros Resultados Abrangentes		23.313	18.279
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>329.471.748</b>	<b>314.270.481</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	NE	2022	2021
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>	(18)	<b>17.835.531</b>	<b>17.670.005</b>
Receitas de Prestação de Serviços		20.799.453	20.606.420
(-) Deduções de Receita de Serviços		(2.963.922)	(2.936.415)
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	(19)	<b>(13.226.032)</b>	<b>(11.598.542)</b>
Outros Custos Administrativos	(20)	(2.067.560)	(1.844.358)
Pessoal	(21)	(11.158.472)	(9.754.184)
<b>(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>		<b>4.609.499</b>	<b>6.071.463</b>
<b>(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS</b>		<b>4.609.499</b>	<b>6.071.463</b>
<b>(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(3.105.164)</b>	<b>(2.932.298)</b>
Despesas Administrativas	(20)	(717.227)	(733.421)
Despesas com Pessoal	(21)	(2.387.937)	(2.198.877)
<b>(-) DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	(23)	<b>(1.737.172)</b>	<b>(672.614)</b>
<b>(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	(24)	<b>35.306.081</b>	<b>12.630.823</b>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras - demais		35.660.154	12.678.954
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		(354.073)	(48.131)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>35.073.244</b>	<b>15.097.374</b>
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>35.073.244</b>	<b>15.097.374</b>
<b>(-) IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>(7.150.023)</b>	<b>(3.028.665)</b>
<b>(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(2.628.336)</b>	<b>(1.153.759)</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>25.294.885</b>	<b>10.914.950</b>
<b>DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	(17.d)	<b>24.030.141</b>	<b>10.369.205</b>
<b>(/) QUANTIDADE DE AÇÕES</b>		<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<b>505,9</b>	<b>218,3</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado



## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	(17.b)	25.294.885	10.914.950
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>			
Cotas de Fundos Garantidores		5.034	2.116
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<u>25.299.919</u>	<u>10.917.066</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Legal	Especial	Estatutária			
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.943.757</b>	<b>3.887.929</b>	<b>58.966.871</b>	<b>16.163</b>	<b>-</b>	<b>305.185.637</b>
Lucro Líquido do Exercício	(17.d)						10.914.950	10.914,950
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>								
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior				(3.887.928)				(3.887.928)
Constituição de Reserva Legal			545.747				(545,747)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(17.d)						(2.592.301)	(2.592.301)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				7.776.902			(7.776.902)	-
<b>Resultados Abrangentes</b>								
Outros Resultados Abrangentes	(17.c)					2.116		2.116
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>237.370.917</b>	<b>5.489.504</b>	<b>7.776.903</b>	<b>58.966.871</b>	<b>18.279</b>	<b>-</b>	<b>309.622.474</b>
Lucro Líquido do Exercício	(17.d)						25.294.885	25.294.885
Reversão de Reserva Estatutária, atribuído ao Capital Social	(17)	58.966.871			(58.966.871)			-
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>								
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior				(7.776.902)			-	(7.776.902)
Constituição de Reserva Legal			1.264.745				(1.264.745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(17.d)						(6.007.535)	(6.007.535)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				18.022.605			(18.022.605)	-
<b>Resultados Abrangentes</b>								
Outros Resultados Abrangentes	(17.c)					5.034		5.034
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		<b>296.337.788</b>	<b>6.754.249</b>	<b>18.022.606</b>	<b>-</b>	<b>23.313</b>	<b>-</b>	<b>321.137.956</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	2022	2021
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício</b>		<b>25.294.885</b>	<b>10.914.950</b>
Ajustes para conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		354.073	47.433
Reforço (Reversão) de provisão para passivos contingentes		56.475	207.969
Depreciação/Amortização/Ajuste Valor Recuperável	(12.1-c) e (12.2-c)	517.684	537.313
<b>Variações nos ativos</b>			
(Aumento) de clientes		(559.493)	(100.078)
Redução de tributos a Recuperar	(7)	997.468	3.437.845
(Aumento) Redução de outros Créditos		69.810	(50.777)
<b>Variações nos passivos</b>			
Aumento (redução) de fornecedores/contas a pagar		87.846	32.541
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais		81.524	(114.848)
Aumento (redução) de obrigações fiscais e tributárias	(16)	42.113	89.699
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>26.942.385</b>	<b>15.002.047</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Dividendos/JCP pagos no exercício		(10.723.277)	(5.231.338)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de Financiamentos</b>		<b>(10.723.277)</b>	<b>(5.231.338)</b>
<b><u>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
		<b>16.219.108</b>	<b>9.770.709</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		306.257.274	296.486.565
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(5)	322.476.382	306.257.274
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>16.219.108</b>	<b>9.770.709</b>
<b><u>Movimentação que não afetam caixa:</u></b>			
Remuneração aos acionistas	(17.d)	24.030.140	10.369.203
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferido Passivo		2.593	1.090
Baixa de Ativos mediante redução de participação		7.626	3.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	NE	2022	2021
<b>1 – RECEITAS</b>		<b>20.800.725</b>	<b>20.607.692</b>
1.1) Vendas de serviços	(18)	20.799.453	20.606.420
1.2) Outras receitas		1.272	1.272
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)</b>		<b>4.497.907</b>	<b>4.296.528</b>
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	(18)	2.963.922	2.936.415
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.533.985	1.360.113
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		<b>16.302.818</b>	<b>16.311.164</b>
<b>4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	(20)	<b>518.956</b>	<b>538.585</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		<b>15.783.862</b>	<b>15.772.579</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>35.660.154</b>	<b>12.678.954</b>
6.1) Receitas financeiras	(24)	35.660.154	12.678.954
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>51.444.016</b>	<b>28.451.533</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>51.444.016</b>	<b>28.451.533</b>
8.1) Pessoal		<b>11.717.215</b>	<b>10.255.359</b>
8.1.1 – Remuneração direta		10.101.966	8.860.360
8.1.2 – Benefícios		988.200	858.972
8.1.3 – FGTS		627.049	536.027
8.2) Impostos, taxas e contribuições		<b>13.243.057</b>	<b>6.443.004</b>
8.2.1 – Federais		13.200.258	6.402.101
8.2.3 – Municipais		42.799	40.903
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		<b>1.188.858</b>	<b>838.218</b>
8.3.1 – Juros		356.838	50.627
8.3.2 – Aluguéis		832.020	787.591
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		<b>25.294.886</b>	<b>10.914.952</b>
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(17.d)	24.030.141	10.369.205
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		1.264.745	545.747

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### ● NOTAS EXPLICATIVAS

#### 1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma Companhia de capital fechado de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), com vigência até abril de 2023.

##### 1.1. Continuidade Operacional

Diante da indefinição do modelo de desestatização da Companhia, existe a possibilidade de redução dos serviços atualmente prestados, podendo comprometer suas receitas operacionais e conseqüentemente seu equilíbrio econômico-financeiro, entretanto, sem comprometer sua continuidade operacional no curto prazo, em decorrência da existência do expressivo volume de aplicações financeiras.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 01 de março de 2023.

### **2.1. Base de preparação das informações contábeis**

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

### **2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas**

#### **NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)**

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O pronunciamento alterou de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Resolução CVM nº 095, de 20 de maio de 2022, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Informamos a seguir os efeitos da aplicação da norma nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente, conforme a seguir:

(Valores expressos em reais)

	2022	Ajustes	2022 Ajustado	2021	Ajustes	2021 Ajustado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>328.915.115</b>	-	<b>328.915.115</b>	<b>313.229.043</b>	-	<b>313.229.043</b>
Disponível	322.451.130	-	322.451.130	306.257.273	-	306.257.273
Títulos e Créditos a Receber	6.348.418	-	6.348.418	6.786.393	-	6.786.393
Outros Valores e Bens	0	-	0	28.723	-	28.723
Despesas Antecipadas	115.567	-	115.567	156.654	-	156.654
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>556.633</b>	<b>1.021.207</b>	<b>1.577.840</b>	<b>1.041.438</b>	<b>1.761.550</b>	<b>2.802.988</b>
Arrendamentos	-	1.021.207	1.021.207	-	1.761.550	1.761.550
Parcela Depreciável	-	2.291.019	2.291.019	-	2.274.322	2.274.322
Custos de Instalação	-	1.171.960	1.171.960	-	1.171.960	1.171.960
Desmobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	17.282	17.282	-	46.616	46.616
(-) Depreciação Acumulada	-	(3.045.034)	(3.045.034)	-	(2.317.328)	(2.317.328)
Créditos de Longo Prazo	25.253	-	25.253	-	-	-
Investimentos	86.531	-	86.531	78.905	-	78.905
Imobilizado	413.424	-	413.424	898.688	-	898.688
Intangível	31.425	-	31.425	63.845	-	63.845
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>329.471.748</b>	<b>1.021.207</b>	<b>330.492.955</b>	<b>314.270.481</b>	<b>1.761.550</b>	<b>316.032.031</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.949.802</b>	-	<b>7.949.802</b>	<b>4.323.085</b>	-	<b>4.323.085</b>
Contas a Pagar	7.949.802	-	7.949.802	4.323.085	-	4.323.085
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>383.990</b>	<b>948.912</b>	<b>1.332.902</b>	<b>324.922</b>	<b>1.564.913</b>	<b>1.889.835</b>
Contas a Pagar	383.990	-	383.990	324.922	-	324.922
Obrigações por Contrato de Leasing	-	948.912	948.912	-	1.564.913	1.564.913
Principal	-	334.993	334.993	-	862.329	862.329
Juros a apropriar	-	10.656	10.656	-	69.987	69.987
Provisão para desmobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	17.282	17.282	-	46.616	46.616
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>321.137.956</b>	<b>72.295</b>	<b>321.210.251</b>	<b>309.622.474</b>	<b>196.637</b>	<b>309.819.111</b>
Capital Social	296.337.788	-	296.337.788	237.370.917	-	237.370.917
Reserva Legal	6.754.249	-	6.754.249	5.489.504	-	5.489.504
Reserva Especial de Lucros	18.022.606	-	18.022.606	7.776.903	-	7.776.903
Reserva Estatutária	-	-	-	58.966.871	-	58.966.871
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	0	-	-
Outros Resultados Abrangentes	23.313	72.295	95.608	18.279	196.637	214.916
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>329.471.748</b>	<b>1.021.207</b>	<b>330.492.955</b>	<b>314.270.481</b>	<b>1.761.550</b>	<b>316.032.031</b>

### 3. Práticas Contábeis

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

### 3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

### 3.4. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

### 3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### 3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

### 3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é apurado com base em balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões. Assim, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

### **3.8. Reconhecimento de receita e despesa**

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

### **3.9. Ativos e Passivos Financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

#### **3.9.1. Ativos Financeiros**

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### **Valor justo por meio do resultado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

#### **3.9.2. Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

#### **3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores**

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 3.11. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração. A partir de 2019 a Companhia vem promovendo a distribuição integral dos resultados obtidos no período sob a forma de dividendos.

### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

(valores em reais)

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	4.435	2.639	68,1%
Aplicações Financeiras	(ii)	322.446.695	306.254.634	5,3%
		<b>322.451.130</b>	<b>306.257.273</b>	<b>5,3%</b>

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata, não necessitando de agendamento para realizar resgates;
- (iii) Em 2022, a rentabilidade anual do Fundo BB Paranoá foi de 11,96%, correspondendo ao seu *benchmark* (Taxa DI), que ficou em 12,39%.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOÁ FIC FI CURTO PRAZO com posição em 31/12/2022.

(valores em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	18.359.939	322.454
<b>Total do Ativo</b>		<b>322.454</b>
Valores a Pagar		7
Patrimônio Líquido		322.447
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>322.454</b>

### 6. Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e por outorga legal ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Todos os nossos clientes são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
<b>Partes Relacionadas:</b>				
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i)	1.055.969	974.161	8,4%
FESR	(ii)	338.957	427.525	-20,7%
FGIE	(iii)	634.452	68.199	830,3%
		<b>2.029.378</b>	<b>1.469.885</b>	<b>38,1%</b>

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior. O aumento é decorrente da renovação do contrato pelos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, com reequilíbrio dos custos em relação aos serviços prestados;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017. A variação negativa de 20,7% decorre do registro da diferença de remuneração à administradora em virtude do recálculo da média dos prêmios emitidos;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos. O aumento de 830,3% é decorrente de pendência de deliberação da Assembleia de Cotistas sobre a proposta de orçamento para pagamento dos serviços prestados no exercício de 2022.

### 7. Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	16.305	16.384	-0,5%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	78.266	78.645	-0,5%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	255.406	166.504	53,4%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	3.909.548	4.995.172	-21,7%
Outros tributos e contribuições a recuperar	(iii)	59.515	59.803	-0,5%
<b>Total dos Tributos a Recuperar</b>		<b>4.319.040</b>	<b>5.316.508</b>	<b>-18,8%</b>
Ativo Fiscal Corrente		<b>4.319.040</b>	<b>5.316.508</b>	-18,8%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (i) O saldo das rubricas CSRF/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas em dezembro/2022, e que ainda não foram pagas para a ABGF pela SE-CAMEX/ME e o FESR;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL é o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 161-A da instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente. A redução do saldo negativo IRPJ/CSLL, é decorrente das compensações efetuadas no exercício de 2022;
- (iii) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

## 8. Outros Valores e Bens

### (a) Outros Valores

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Estoque de Material de Expediente	-	28.723	-100,00%
	<u>-</u>	<u>28.723</u>	<u>-100,00%</u>

A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a reconhecer as compras de material de expediente e escritório em conta de resultado, não mais registrando em conta de estoque.

## 9. Despesas Antecipadas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	115.567	156.654	-26,2%
	<u>115.567</u>	<u>156.654</u>	<u>-26,2%</u>

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

## 10. Créditos de Longo Prazo

A partir do terceiro trimestre/2022, em razão da ação judicial tramitada na 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a Companhia efetuou o pagamento do Depósito Judicial visando garantir recurso de revista nos termos do art. 899, § 2º e demais parágrafos da CLT.

	30 de setembro 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Depósito Judicial	(i) 25.253	-	100,0%
	<u>25.253</u>	<u>-</u>	<u>100,0%</u>

- (i) O depósito judicial é vinculado ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 11. Investimento em Fundos Garantidores

A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo).

#### (a) Informação dos investimentos da ABGF e participação, posição em 31/12/2022.

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	787.660.399	76.190.174	863.850.573	0,01002%	86.531
					<b>86.531</b>

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do FGIE em dezembro/2022.

#### (b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF.

	Qtde. total de cotas dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE	102.224	0,01002%	10,2397	8450,5512	86.531
Total de investimento em cotas dos Fundos Garantidores					<b>86.531</b>

#### (c) Movimentação da participação.

Investimento	2021	Aportes em 2022	Valorização	Transferência	Participação	Resgates de Cotas	2022
FGIE	78.905	-	7.626	-	86.531	-	86.531
	<b>78.905</b>	-	<b>7.626</b>	-	<b>86.531</b>	-	<b>86.531</b>

#### (d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelos cotistas quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do fundo.

3	Ajustes Acum. 2022	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	35.323	12.010	23.313
	<b>35.323</b>	<b>12.010</b>	<b>23.313</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

## 12. Imobilizado e Intangível

### 12.1. Ativo Imobilizado

#### (a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(203.735)	152.537	187.137
Máq, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(168.634)	11.088	18.674
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.784.478	(1.730.054)	54.424	259.602
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(988.059)	183.901	418.298
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(36.006)	11.474	14.977
		<b>3.539.912</b>	<b>(3.126.488)</b>	<b>413.424</b>	<b>898.688</b>

#### (b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2022
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máq, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	-	-	1.784.478
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	<b>3.539.912</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.539.912</b>

#### (c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2022
Mobiliário em Geral	169.135	34.600	-	-	203.735
Máq, Instalações e Utensílios de Escritório	161.048	8.008	(422)	-	168.634
Equipamentos de Informática e Software	1.524.876	206.028	(850)	-	1.730.054
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	753.662	234.397	-	-	988.059
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	32.503	3.503	-	-	36.006
	<b>2.641.224</b>	<b>486.536</b>	<b>(1.272)</b>	<b>-</b>	<b>3.126.488</b>

### 12.2. Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

#### (a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Software	20%	341.200	(309.775)	31.425	63.845
		<b>341.200</b>	<b>(309.775)</b>	<b>31.425</b>	<b>63.845</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### (b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2022
Software	341.200	-	-	-	341.200
	<b>341.200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>341.200</b>

### (c) Movimentação da Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2022
Software	277.355	32.420	-	-	309.775
	<b>277.355</b>	<b>32.420</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>309.775</b>

## 13. Obrigações a Pagar

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Telefone, Energia e Internet	11.831	16.225	-27,1%
Aluguéis e Condomínios	66.699	49.069	35,9%
Salários a Pagar (i)	34.409	38.684	-11,1%
Serviços terceirizados	20.283	19.088	6,3%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (ii)	6.007.535	2.592.301	131,7%
Outros Fornecedores	97.787	24.372	301,2%
	<b>6.238.544</b>	<b>2.739.739</b>	<b>127,7%</b>

(i) Refere-se a remuneração de um diretor cedido à ABGF;

(ii) Refere-se ao (JCP) imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para 2022, foi proposto pela Administração a distribuição integral dos resultados obtidos no exercício. Os dividendos excedentes ao mínimo constam em conta destacada do Patrimônio Líquido.

## 14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Representa o montante dos encargos retidos na fonte sobre folha de pagamento e dos serviços tomados de terceiros, correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Previdência Social de Funcionários	186.202	167.652	11,1%
FGTS a Recolher	74.320	65.447	13,6%
IRRF sobre a Folha a Recolher	247.086	215.141	14,8%
Impostos Retidos de Fornecedores	15.950	12.416	28,5%
	<b>523.558</b>	<b>460.656</b>	<b>13,7%</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 15. Encargos Trabalhistas

Representa o montante de provisão de férias e os encargos sociais incidentes (FGTS/INSS), correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Provisão para Férias	751.770	708.595	6,1%
Encargos Sociais sobre Provisões	234.552	219.350	6,9%
<b>Encargos trabalhistas</b>	<b>986.322</b>	<b>927.945</b>	<b>6,3%</b>

### 16. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IRPJ e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
COFINS a Recolher	168.010	161.152	4,3%
PIS/Pasep a Recolher	28.856	30.183	-4,4%
Outros Impostos e Taxas	4.512	3.410	32,3%
<b>Impostos e Contribuições - Curto Prazo</b>	<b>201.378</b>	<b>194.745</b>	<b>3,4%</b>
Provisão Imposto de Renda Diferida	8.831	6.924	27,5%
Provisão Contribuição Social Diferida	3.179	2.493	27,5%
<b>Impostos e Contribuições - Longo Prazo</b>	<b>12.010</b>	<b>9.417</b>	<b>27,5%</b>
<b>Total de Tributos</b>	<b>213.388</b>	<b>204.162</b>	<b>4,5%</b>

### 17. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia após o resultado do exercício.

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Capital Subscrito	(i)	296.337.788	237.370.917	24,8%
Reserva Legal		6.754.249	5.489.504	23,0%
Reserva Especial de Lucros	(ii)	18.022.606	7.776.903	131,7%
Reserva Estatutária	(iii)	-	58.966.871	-100,0%
Outros Resultados Abrangentes		23.313	18.279	27,5%
		<b>321.137.956</b>	<b>309.622.474</b>	<b>3,7%</b>

- (i) Aumento do Capital Social da Companhia, mediante a transferência da utilização dos valores registrados na conta de Reserva Estatutária, conforme ATA nº 23 da AGE de 11 de novembro de 2022;
- (ii) Está sendo submetido à assembleia de acionistas proposta para distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2022;
- (iii) Após deliberação da assembleia de 11 de novembro de 2022, o saldo total da conta de Reserva Estatutária do exercício de 2021, foi incorporado ao Capital Social da Companhia.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### (a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 296.337.788 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, composto por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 5.926,76/por ação.

### (b) Resultado do exercício

O resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 35.073 mil, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Esse resultado foi impactado, principalmente, pelo resultado financeiro de R\$ 35.306 mil. As receitas com prestação de serviços tiveram aumento de 0,9% se comparadas com o mesmo período de 2021 (R\$ 20.799 mil em 2022 e R\$ 20.606 mil em 2021), decorrente, principalmente, pelo ajuste contratual dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos exercícios de 2022 e 2021. Cabe observar que no Resultado Financeiro Líquido contém os valores destinados à remuneração aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Serviços Prestados	20.799.453	20.606.420	0,9%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.963.922)	(2.936.415)	0,9%
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>17.835.531</b>	<b>17.670.005</b>	<b>0,9%</b>
Resultado Financeiro Líquido	35.306.081	12.630.823	179,5%
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>53.141.612</b>	<b>30.300.828</b>	<b>75,4%</b>
(-) Despesas Operacionais	(18.068.368)	(15.203.454)	18,8%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO (antes de IRPJ e CSLL)</b>	<b>35.073.244</b>	<b>15.097.374</b>	<b>132,3%</b>
IRPJ e CSLL	(9.778.359)	(4.182.424)	133,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>25.294.885</b>	<b>10.914.950</b>	<b>131,7%</b>

As despesas operacionais tiveram aumento de 18,8%, decorrente principalmente, em relação aos reajustes contratuais nos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal próprio ocorridas no exercício de 2022.

A taxa efetiva de tributos sobre o Lucro da companhia no exercício de 2022, ajustado pelas adições, exclusões e benefícios fiscais, inclusive JCP, foi de 27,88%, ante a uma carga tributária de 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme abaixo:

#### Base de Cálculo dos Tributos Sobre o Lucro

	Taxa Nominal	Taxa Efetiva
1. Resultado do Exercício	29.065.709	29.065.709
2. JCP incluído no Resultado	<u>6.007.535</u>	<u>6.007.535</u>
<b>3. Resultado do Exercício</b>	<b>35.073.244</b>	<b>35.073.244</b>
4. Adições	-	454.798
5. (Exclusões - Inclusive JCP)	<u>-</u>	<u>(6.324.312)</u>
<b>6. Resultado ajustado</b>	<b>35.073.244</b>	<b>29.203.730</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### Taxa Nominal dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
<b>1. Resultado do Exercício</b>	<b>35.073.244</b>	<b>35.073.244</b>	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	5.260.987	3.156.592	8.417.579
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	3.483.324	-	3.483.324
<b>4. Valor do Tributo (2+3)</b>	<b>8.744.311</b>	<b>3.156.592</b>	<b>11.900.903</b>
5. Carga tributária - efetiva (4/1)	24,9%	9,0%	<b>33,93%</b>

### Taxa Efetiva dos Tributos Sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	SOMA
<b>1. Resultado ajustado</b>	<b>29.203.730</b>	<b>29.203.730</b>	
2. Alíquota IR (15%) CS (9%)	4.380.560	2.628.336	7.008.896
3. Adicional do IR (10% - 240.000)	2.896.373	-	2.896.373
<b>4. Valor do Tributo (7+8)</b>	<b>7.276.933</b>	<b>2.628.336</b>	<b>9.905.269</b>
5. Benefícios Fiscais	126.909	-	126.909
<b>6. Total de Tributos</b>	<b>7.150.024</b>	<b>2.628.336</b>	<b>9.778.360</b>
<b>7. Resultado do Exercício</b>	<b>35.073.244</b>	<b>35.073.244</b>	
8. Carga tributária - efetiva (7/6)	20,4%	7,5%	<b>27,88%</b>

### (c) Resultado abrangente

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em ativos não circulantes avaliados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Os resultados abrangentes de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir.

	31 de dezembro de 2022	30 de dezembro de 2021	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	5.034	2.116	137,9%
	<b>5.034</b>	<b>2.116</b>	<b>137,9%</b>

### (d) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249, de 1995, e n.º 9.430, de 1996, e com o Estatuto da ABGF, a Administração decidiu pelo pagamento ao acionista de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos obrigatórios, estabelecidos em 25% sobre o Lucro Líquido do Exercício Ajustado, calculado nos termos do art. 202 da Lei n.º 6.404, de 1976.

O lucro líquido atribuível aos acionistas no exercício de 2022 foi de R\$ 24.030.140 (vinte e quatro milhões, trinta mil e cento e quarenta reais), sendo que para remuneração do capital próprio sob a forma de juros sobre o capital próprio foi destinado o montante de R\$ 6.007.535 (seis milhões, sete mil e quinhentos e trinta e cinco reais), e o excedente, no valor de R\$ 18.022.606 (dezoito milhões, vinte e dois mil e seiscentos e seis reais) destacado em conta específica no patrimônio líquido para ser distribuído aos acionistas, sob a forma de dividendos, a critério da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A remuneração total aos acionistas em 2022 corresponde a R\$ 480,6 por ação.

No exercício de 2021, o montante proposto à título de juros sobre o capital próprio (JCP) foi de R\$ 2.592.301 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e trezentos e um reais). Posteriormente, após decisão sobre a proposta de destinação do resultado, a Assembleia Geral deliberou pela distribuição integral de dividendos no montante de R\$ 7.776.903 (sete milhões, setecentos e setenta e seis mil e novecentos e três reais).

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022.

	<b>Valor</b>
<b>Resultado do Exercício de 2022</b>	<b>35.073.244</b>
Provisão para o Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.	(9.778.359)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>25.294.885</b>
Reserva legal (5%)	(1.264.744)
<b>Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo do dividendo)</b>	<b>24.030.141</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	6.007.535
<b>Destinação do Resultado</b>	
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>25.294.885</b>
2. Reserva legal	1.264.744
3. Juros sobre o capital próprio (JCP) atribuídos aos Dividendos	6.007.535
4. Dividendos Excedentes ao Mínimo (i)	18.022.606

(i) Foi proposto a destinação integral dos resultados obtidos no exercício.

### (e) Reservas de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O montante de reserva legal acumulada até o exercício de 2022 é de R\$ 6.754.249.

Tendo em vista que a Assembleia Geral Extraordinária, conforme expresso na Ata nº 23 de 11 de novembro de 2022, deliberou sobre a destinação da reserva estatutária incorporando o montante ao Capital Social da Companhia.

Na Assembleia Geral que aprovou as contas da administração referente ao exercício de 2021, deliberou pela distribuição integral dos resultados. Considerando que a Companhia mantém as mesmas condições existentes à época, a administração propõe a destinação integral dos resultados obtidos no exercício de 2022.

Conforme mencionado na Nota 3.11, a administração entendeu que a distribuição do excedente ao mínimo fosse mantida em conta destacada do Patrimônio Líquido até a apreciação deliberativa da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 18. Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>20.799.453</b>	<b>20.606.420</b>	<b>0,9%</b>
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i) 14.647.286	13.442.456	9,0%
FGIE	(ii) 1.017.926	1.642.132	-38,0%
FESR	(iii) 5.134.241	5.521.832	-7,0%
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(2.963.922)</b>	<b>(2.936.415)</b>	<b>0,9%</b>
COFINS	(1.580.758)	(1.566.088)	0,9%
PIS/Pasep	(343.191)	(340.006)	0,9%
ISS	(1.039.973)	(1.030.321)	0,9%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17.835.531</b>	<b>17.670.005</b>	<b>0,9%</b>
<b>Total da Receita Operacional</b>	<b>17.835.531</b>	<b>17.670.005</b>	<b>0,9%</b>

- (i) Houve aumento dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, pela renovação e reajuste do contrato representando aumento da receita de serviços prestados a partir de janeiro de 2022;
- (ii) Parte da remuneração da ABGF corresponde ao ressarcimento dos custos administrativos e de pessoal empregados direta e indiretamente na prestação de serviços ao FGIE, que tiveram redução significativa em 2022 quando comparado com 2021;
- (iii) A remuneração da Companhia, em relação ao FESR, tem como base a aplicação de 0,25% sobre o montante de prêmios emitidos no triênio anterior. A base de cálculo (prêmios emitidos) teve redução de 7% da remuneração em 2022, quando comparado com 2021.

### 19. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), para o FGIE e para o FESR.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Custos com Pessoal	11.158.472	9.754.184	14,4%
Custos administrativos	2.067.560	1.844.358	12,1%
<b>Gastos alocados aos serviços prestados</b>	<b>13.226.032</b>	<b>11.598.542</b>	<b>14,0%</b>

- (i) Aumento dos custos alocados reflete as despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 20 e 21.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 20. Despesas Administrativas por Natureza

O incremento de 8% nas despesas administrativas no exercício de 2022 decorre, principalmente, da contratação de novos serviços com terceiros, reajustes contratuais e provisão para contingência trabalhista.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Viagens e Representações	(i)	5.976	-	100,0%
Serviços de Terceiros	(ii)	542.409	406.567	33,4%
Ocupação	(iii)	832.020	787.591	5,6%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(107.643)	(109.736)	-1,9%
Depreciação/amortização		518.956	538.585	-3,6%
Despesas Gerais	(v)	993.069	954.772	4,0%
<b>Total das despesas administrativas</b>		<b>2.784.787</b>	<b>2.577.779</b>	<b>8,0%</b>
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (NE 19)		2.067.560	1.844.358	12,1%
<b>Despesas Administrativas</b>		<b>717.227</b>	<b>733.421</b>	<b>-2,2%</b>

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003;
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

### 21. Despesas com Pessoal por Natureza

No acumulado do exercício de 2022, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 13,3% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 18% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros reduziram 6,7% em relação ao exercício de 2021.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia e pelo reajuste salarial médio de 9%, decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2022, promovidas no primeiro semestre de 2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Já o decréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no primeiro semestre de 2022, decorre da movimentação com redução e readequação do quadro de conselheiros, ocorrida em 2021.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
<b>Empregados:</b>			
<b>Salários, Encargos e Benefícios</b>	<b>11.455.313</b>	<b>9.711.115</b>	<b>18,0%</b>
Salários e Ordenados	6.640.305	5.569.276	19,2%
Encargos Sociais	2.069.843	1.798.382	15,1%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.832.701	1.501.716	22,0%
Benefícios Empregados	904.395	833.681	8,5%
Saúde e Segurança do Trabalho	8.069	8.060	0,1%
<b>Diretoria e Conselhos:</b>			
<b>Honorários, Encargos e Benefícios</b>	<b>2.091.096</b>	<b>2.241.946</b>	<b>-6,7%</b>
Honorários do Conselho de Administração	212.652	222.493	-4,4%
Honorários do Conselho Fiscal	115.186	159.979	-28,0%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	318.977	314.192	1,5%
Honorários da Diretoria Executiva	936.070	976.696	-4,2%
Encargos Sociais Sobre Honorários	308.152	366.105	-15,8%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	104.732	109.946	-4,7%
Benefícios Diretor	95.327	92.535	3,0%
<b>Total dos gastos com pessoal</b>	<b>13.546.409</b>	<b>11.953.061</b>	<b>13,3%</b>
<b>Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 19)</b>			
<b>Despesas com pessoal (i)</b>	<b>2.387.937</b>	<b>2.198.877</b>	<b>8,6%</b>

(i) A companhia utiliza o método de custeio por absorção para alocação dos custos de pessoal aos produtos. Observa-se que o equivalente a 82,4% das despesas de pessoal é alocado aos custos dos serviços prestados.

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 30, de 04 de agosto de 2022, art. 1º, item "II":

- a) A Remuneração média mensal no exercício de 2022 dos conselheiros fiscais e de administração foi de R\$ 4,4 mil;
- b) Relativamente à remuneração de diretores e empregados, considerando inclusive as vantagens e benefícios, foram pagas as importâncias conforme abaixo:
  - Maior e menor remuneração de diretores: R\$ 52,2 mil e R\$ 43,3 mil;
  - Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 25,6 mil e R\$ 11,4 mil;
  - Remuneração média dos diretores e empregados: R\$ 47,7 mil e R\$ 17,5 mil.
- c) Em 31/12/2022 a ABGF possuía 37 (trinta e sete) funcionários contratados, sendo que a maior remuneração, excluídas vantagens e benefícios, era de R\$ 23,4 mil e a menor era de 9,8 mil, com remuneração média de 15,6 mil;
- d) O valor médio global dos benefícios aos empregados foi de R\$ 1,8 mil.

## **22. Partes Relacionadas**

### **(a) Controlador**

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

### **(b) Operações com administradores**

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2022 a março/2023 constam da Nota Técnica DIAFI/GAFIN nº 028/2022/O, de 10/02/2022, e contou com a deliberação da Assembleia de Acionista da Companhia, realizada em 30.04.2022.

### **(c) Reembolso de diretores cedidos**

O Diretor Presidente é designado por meio de Termo de Posse, e possui mandato até 28.10.2023. O Diretor Administrativo e Financeiro é cedido pelo Ministério da Economia e possui mandato até 28.10.2023.

### **(d) Transações com partes relacionadas**

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), gestão e administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 18.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 23. Despesas Tributárias

As despesas tributárias são compostas por impostos e taxas não incidentes sobre o lucro da Companhia. O quadro abaixo demonstra os montantes destas despesas.

		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
CIDE	(i)	11.828	11.957	-1,1%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	24.348	30.182	-19,3%
IPTU	(iii)	42.799	40.903	4,6%
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	1.658.197	589.572	181,3%
<b>Total</b>		<b>1.737.172</b>	<b>672.614</b>	<b>158,3%</b>

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Art. 156 da IN 2121/2022, e do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015.

### 24. Resultado Financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, e inclui atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício de 2022.

O Resultado Financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Rendimentos de aplicações financeiras	35.413.266	12.403.847	185,5%
Juros ativos	246.888	275.107	-10,5%
	<b>35.660.154</b>	<b>12.678.954</b>	181,2%
Despesas financeiras	<b>(354.073)</b>	<b>(48.131)</b>	635,6%
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>35.306.081</b>	<b>12.630.823</b>	<b>179,5%</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 25. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Em 2022, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia.

Dentre as ações contra a companhia estão classificadas como prováveis e provisionado o valor de R\$ 371.980.

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada como a existência provável de saída de recursos para sua liquidação.

A Companhia, após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

### 26. Eventos subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis não foram identificados eventos relevantes que viessem alterar significativamente a posição financeira e econômica da Companhia.

**Octávio Luiz Bromatti**  
Presidente

**Fabiano Maia Pereira**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Luiz Carlos e Silva**  
Contador  
CRC-DF 013.783/O-8

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS  
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.  
Brasília - DF

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ("ABGF" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 16 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 DF 002567/F

  
Fabiano de Oliveira Barbosa  
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

**Parecer nº 001/2023/CONAD/ABGF**

**Relatório Anual de Administração,  
Demonstrações Contábeis, e Proposta de  
Distribuição do Resultado, relativos ao  
exercício social encerrado em 31.12.2022.**

1. O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 42, inciso VII, do Estatuto Social, examinou: i) o Relatório Anual de Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas; e iii) a Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

2. Considerando que, de acordo com o Estatuto Social, Artigo 11º, inciso I, compete à Assembleia Geral de Acionistas a aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

3. Especificamente no que refere a proposta de destinação de resultados, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente pela integralidade de sua distribuição.

4. Dessa forma, o Conselho de Administração da ABGF autorizou o encaminhamento da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 16 de março de 2023.

**Gabriela Valente**  
Conselheira

**Viviane Vecchi**  
Presidente Substituta do  
Conselho

**Edson Teles**  
Conselheiro

**Juliana Barros**  
Presidente do Conselho

**Parecer nº 001/2023/COFIS/ABGF**

**Relatório Anual de Administração,  
Demonstrações Contábeis, e Proposta de  
Distribuição do Resultado, relativos ao  
exercício social encerrado em 31.12.2022.**

1. O Conselho Fiscal da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em sua 14ª reunião extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 59, inciso II, do Estatuto Social, apreciou: i) o Relatório Anual da Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas; e iii) a Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

2. Assim, com base na apreciação realizada e à luz do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, de 16.03.2023, sem ressalvas, e com base no parecer do Conselho de Administração emitido em 16.03.2023, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 16 de março de 2023.

**Ernesto Carneiro Preciado**  
Presidente do Conselho

**Leonardo José Mattos Sultani**  
Conselheiro

**Cinara Maria Fonseca de Lima**  
Conselheira

**MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA - COAUD**  
**NOTA TÉCNICA AUDIT/ABGF nº 024/2023/O DE 22 DE FEVEREIRO DE**  
**2023**

**Relatório da Auditoria Interna da Agência Brasileira Gestora de Fundos  
Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) - “Auditoria no Processo de Elaboração  
das Demonstrações Contábeis”**

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD/ABGF, nos termos de suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno, procederam a revisão e análise das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do “**Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)**”, acompanhadas do Parecer Jurídico nº 012/2023/GEJUR, de 24/02/2023, e do Relatório Preliminar do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, recebido por e-mail, sem ressalva e, considerando as informações prestadas pela Administração da ABGF e pelo sócio da BDO RCS Auditores Independentes S/S., recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 6 de março de 2023.

**Rafael Bicca Machado**  
Presidente

**Valdir Augusto Assunção**  
Membro

**Estela Maris Vieira de Souza**  
Membro